

“A Lagoa Encantada e o Legado de Pero de Magalhães Gândavo: Mistérios Históricos e Geológicos”

Gerson Marques, 2025

Em 1576, o cronista português Pero de Magalhães Gândavo publicava “História da Província Santa Cruz” a que vulgarmente chamamos Brasil, a primeira obra historiográfica sobre o Brasil — um marco que abriu as portas do Novo Mundo aos olhos europeus.

Nascido em Braga, Portugal, por volta de 1540, Gândavo era um humanista versado em latim, professor e administrador colonial. Sua estada na Bahia, provavelmente entre 1565 e 1570, como Provedor da Fazenda Real e residente em Salvador, permitiu-lhe observar de perto a **Capitania dos Ilhéus, onde descreveu a Lagoa Encantada, ou Lagoa de Itaipí**.

Este nome, que poderia significar em português “pedra que canta” ou “pedra chata” (ambos com referências nas lendas da lagoa), era como os povos originários a chamavam: um corpo d’água que fascinou colonizadores e, até hoje, intriga pesquisadores.

Mas o que Gândavo viu na lagoa?

Suas descrições de uma vastidão navegável por grandes naus, habitada por peixes-bois, contrastam com a realidade atual. Seria exagero de um propagandista ou reflexo de mudanças ambientais drásticas? E o que aconteceu com os peixes-bois que ele, um dos primeiros europeus a consumir, descreveu com tanto entusiasmo?

O livro **“História da Província Santa Cruz”** tinha um propósito claro: atrair colonos portugueses para o Brasil, uma terra então negligenciada em favor das Índias Orientais.

Gândavo, com seu olhar renascentista, descrevia a fauna, a flora e as riquezas do território com entusiasmo, destacando a fertilidade das terras e a abundância de recursos.

Na Capitania dos Ilhéus, a 30 léguas da Bahia de Todos os Santos, ele relatou uma lagoa de “três léguas de comprido e três de largo” (cerca de 16,7 x 16,7 km, ou 277,7 km², considerando a légua de 5,555 km), com profundidade entre 10 e 15 braças (16,8 a 25,2 m).

Apresentou-a como navegável por “quaisquer naus, por grandes que sejam, à vela”, com ondas “furiosas” em dias de vento forte, conectada por um rio estreito que desafiava a navegação. Essa descrição, quase mitológica, visava seduzir colonos, mas levanta questões: seria a Lagoa Encantada realmente tão vasta ou Gândavo exagerou para cumprir sua missão propagandística?

Hoje, a Lagoa Encantada, em Ilhéus, Bahia, possui apenas 9,357 km² — infinitamente menor que os quase trezentos quilômetros quadrados relatados por Gândavo. Essa discrepância alimenta o debate: erro de medição ou mudanças geológicas profundas? Estudos geológicos apontam que lagoas costeiras, como a Encantada, são suscetíveis à sedimentação, intensificada pelo desmatamento e pela agricultura colonial, que, à época de Gândavo, já contava com oito engenhos de açúcar na região.

Em 500 anos, taxas de sedimentação de 1 a 10 mm por ano poderiam acumular até 5 metros de sedimentos, reduzindo profundidade e área. A urbanização das margens e possíveis alterações no fluxo do Rio Almada — que conecta a lagoa ao mar — também podem ter contribuído para sua contração. No entanto, a magnitude da redução sugere que Gândavo pode ter superestimado as dimensões, uma prática comum entre cronistas renascentistas, que buscavam impressionar. Mapas

históricos não oferecem precisão suficiente para confirmar, mas a possibilidade de uma lagoa maior, conectada diretamente ao mar, não pode ser descartada.

Outro destaque da narrativa de Gândavo é a presença de “muitos peixes-bois” na lagoa, descritos por ele como mamíferos com “focinho como o de boi” e carne tão saborosa que “parece lombo de porco ou de veado”. Ele foi um dos primeiros europeus a relatar o consumo do peixe-boi-marinho (*Trichechus manatus*), então abundante no litoral brasileiro do século XVI. Gândavo detalha sua caça com arpões e a surpresa dos colonizadores com suas mamas, que amamentavam os filhotes, reforçando a percepção de que “não parece peixe”.

Durante o período colonial, a caça intensiva por carne, gordura e couro, relatada por cronistas como Gândavo e Gabriel Soares de Sousa, dizimou populações de peixes-bois. Até o século XX, a espécie foi extinta na Bahia, incluindo Ilhéus, devido à exploração e à degradação de habitats, por assoreamento e poluição. Hoje, o peixe-boi-marinho sobrevive em áreas protegidas do litoral entre Alagoas e Piauí, com cerca de 1.100 indivíduos, segundo a Fundação Mamíferos Aquáticos (FMA). Na Amazônia, o peixe-boi-amazônico persiste em lagos como Mamirauá, mas enfrenta ameaças como a poluição por mercúrio. Na Lagoa Encantada, a ausência de vegetação aquática abundante e os impactos antrópicos tornam improvável a presença de peixes-bois sem esforços de reintrodução, como os conduzidos em Sergipe e Alagoas pelo ICMBio.

Gândavo descreve a lagoa como navegável por grandes embarcações, com uma passagem “tão estreita” que “apenas cabe um barco”. Hoje, a Lagoa Encantada é conectada ao mar pelo Rio Almada, mas a menção a uma passagem direta sugere uma configuração geológica diferente. Estudos indicam que, no Holoceno Médio (há cerca de 5.000 anos), o nível do mar no litoral brasileiro era de 2 a 4 metros mais alto, possibilitando conexões mais amplas entre lagoas costeiras e o oceano. É plausível que, no século XVI, a Lagoa Encantada tivesse uma passagem direta ao mar, posteriormente alterada por barreiras de areia ou assoreamento. Registros além dos de Gândavo são escassos, mas a navegação em lagoas costeiras era comum na época colonial, como indicado por relatos de outros cronistas. A ausência de documentação específica sobre a Lagoa Encantada reforça a importância do texto de Gândavo como fonte primária.

A Lagoa Encantada, com sua história geológica e ecológica, permanece um enigma. A redução de sua área, a extinção dos peixes-bois e as mudanças em sua conexão com o mar refletem a interação entre processos naturais e humanos.

A sedimentação, intensificada pela agricultura colonial, e as alterações no nível do mar moldaram o litoral de Ilhéus. Porém, a falta de mapas precisos do século XVI deixa lacunas. A descrição de Gândavo, embora possivelmente exagerada, é um testemunho valioso da paisagem colonial e da biodiversidade perdida.

Gerson Marques